

Nesta Edição:

- Proposta de criação da CIDE-Embalagens é rejeitada na Comissão de Meio Ambiente da Câmara;
- Câmara dos Deputados realiza seminário “Política Externa Brasileira: Desafios de um mundo em transição”

Proposta de criação da CIDE-Embalagens é rejeitada na CMADS.

A Comissão de Meio Ambiente (CMADS) da Câmara dos Deputados aprovou, hoje, o parecer do relator, deputado Giovani Cherini (PDT/RS), pela rejeição do PL 1929/2011. O projeto, de autoria do deputado Adrian (PMDB/RJ), propõe a criação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) incidente sobre as embalagens de vidro, plástico, aço e cartonadas mistas (longa vida), usadas para acondicionar alimentos, bebidas, materiais de limpeza, cosméticos e produtos de higiene pessoal. O valor escalonado da contribuição varia de R\$ 0,02 a R\$ 0,10, conforme o tipo de embalagem. O relator argumentou que, diante dos instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (lei nº 12.605/2010), já existem formas o suficiente para estimular a coleta seletiva e a reciclagem que não seja por meio da criação de mais um tributo.

A proposição integra a Agenda Legislativa da Indústria 2012 da CNI. O posicionamento da CNI é divergente ao projeto por entender como inconcebível a criação da CIDE-Embalagens diante da carga tributária brasileira que já é excessivamente elevada. Ademais, os municípios, antes que serão beneficiados com o novo tributo, já cobram taxas de limpeza pública nos seus impostos municipais com essa finalidade. Na verdade, o novo tributo acarretará ônus adicionais ao setor produtivo e ao contribuinte, que será, mais uma vez, o maior prejudicado com o repasse do valor do novo tributo para o valor final do produto. Por fim, outros recursos para esta mesma finalidade poderão advir dos acordos setoriais elaborados no âmbito do Comitê Orientador da Logística Reversa, como de embalagens pós-consumo. Esses acordos setoriais são precedidos de editais de chamamento e de consulta pública, onde participam: o Poder Público, o setor empresarial, a sociedade civil e as cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

O projeto agora segue para apreciação da Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDEIC) e tramitará, ainda, pelas Comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça (CCJC), estando sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões.

Câmara dos Deputados realiza seminário “Política Externa Brasileira: Desafios de um mundo em transição”

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados realizou, nos dias 18 e 19 de setembro, seminário sobre os desafios da política externa brasileira. A mesa de abertura contou com a presença da presidente da comissão, deputada Perpétua Almeida (PCdoB/AC), do Ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, e do presidente do IPEA, Marcelo Neri. O principal assunto discutido foi o papel desempenhado pelo Brasil e a influência de sua economia no cenário internacional, que criam a necessidade do país posicionar-se diante das questões relativas às relações internacionais.

panel

■ Senado apreciará a MPV do Código Florestal na próxima semana

Após a aprovação de ontem, pelo Plenário da Câmara dos Deputados, o PLV nº 21/2012 – conversão da Medida Provisória 571/2012 – tem sua apreciação pelo Plenário do Senado Federal prevista para o esforço concentrado da próxima semana, dias 25 e 26 de setembro. Sendo aprovado sem alterações, seguirá para a sanção da Presidência da República. A MPV 571/2012 perde eficácia no dia 08 de outubro.

O primeiro painel, cujo tema retratou a crise e reforma do sistema financeiro, teve a mesa presidida pela deputada Perpétua Almeida e contou com os seguintes convidados: o diretor de comércio exterior do BNDES, Luiz Eduardo Melin, o diretor do departamento de assuntos financeiros e serviços do Ministério das Relações Exteriores, ministro Luiz Antônio Balduino Carneiro, o professor da Unicamp, José Carlos de Souza Braga, e o diretor de políticas e estratégia da CNI, José Augusto Coelho Fernandes.

O **Gerente-Executivo de Políticas e Estratégia da CNI, José Augusto Coelho Fernandes**, pontuou as principais questões a serem consideradas pela política externa brasileira no novo cenário internacional, frisando aspectos relacionados a possíveis desdobramentos da crise financeira internacional, em especial no que se refere ao papel a ser desempenhado pelo G20.

Ressaltou a mudança do papel do Brasil no contexto internacional, em termos de maior protagonismo do País nos fóruns mundiais de deliberação, de maior atração de investimentos externos e de internacionalização das empresas brasileiras. Frisou que a maior relevância da posição brasileira nos fóruns internacionais exige maior capacitação técnica dos órgãos públicos para a elaboração de propostas abrangentes e bem fundamentadas de políticas internacionais capazes de dar sustentação técnica às posições do estado brasileiro.

Com relação à atração de investimentos e à maior participação de empresas brasileiras no mercado internacional, disse que tal realidade requer uma mudança dos marcos regulatórios internos, capaz de conferir maior segurança jurídica a investidores e maior competitividades às empresas nacionais.

Finalizando, pontuou que uma estratégia de política externa “robusta”, capaz de fazer face a diferentes cenários de desdobramento da crise financeira internacional, passa pelo aprofundamento da agenda de competitividade, pelo estímulo ao investimento e pela priorização das políticas educacionais e de incentivo à inovação.

O **diretor de comércio exterior do BNDE** apresentou o contexto histórico e quadro recente da crise de inadimplemento norte americana. Após pontuar as perspectivas brasileiras, Melin focou a questão da inserção externa brasileira. Mostrou os atuais desafios brasileiros de exportação e de investimento externo direto, afirmando ser necessário fortalecer as empresas brasileiras, através de políticas de estado consistentes e principalmente, modernizando o arcabouço regulatório.

Luiz Antônio, do Ministério de Relações Exteriores, ressaltou o surgimento da multipolaridade nas relações internacionais, com maior participação dos países emergentes. Desse modo, na opinião de Luiz Antônio, o Brasil assume papel cada vez mais importante nesse novo contexto, o que o leva a assumir cada vez mais responsabilidade no desenvolvimento internacional.

Finalizando o painel, **José Campos, da Unicamp**, abordou o assunto ressaltando as questões estruturais dos sistemas financeiros, e pontuou a reforma tributária como decisiva nesse contexto.

O tema abordado no segundo painel foi a geopolítica da energia no Brasil, sob coordenação do deputado Alfredo Sirkis (PV/RJ).

O primeiro a discutir a matéria foi o representante do Ministério das Relações Exteriores, **embaixador Luiz Alberto**, que começou pontuando o papel central que a energia assume pelo forte desenvolvimento econômico asiático. Apesar dos problemas mundialmente enfrentados, como o aumento dos preços dos

combustíveis fósseis, aliados às questões de mudança climática, o Brasil encontra-se bem assistido quando se fala de questões energéticas, com grande potencial de desenvolvimento.

Hélder Queiroz, representante da ANP, seguiu o raciocínio anterior contextualizando o Brasil no cenário petrolífero. Ponderou que a descoberta das reservas do pré-sal levou o Brasil a uma condição ainda mais importante de produtor e exportador do produto, podendo futuramente garantir a auto-suficiência e condição de exportador líquido. Também pontuou os atuais desafios enfrentados pelo país: tecnologias industriais, regulamentação e coordenação de políticas setoriais.

O ex-diretor geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP), **Haroldo de Lima**, ressaltou a importância da integração energética da América do Sul. No âmbito do petróleo, gás e bicombustíveis, fez uma breve avaliação do cenário externo do setor, afirmando ser essencial uma mudança de tecnologia, pois há predominância de um petróleo de difícil exploração em perspectiva. Avaliou também que a América do Sul é um local bastante propício para grandes investimentos. Na avaliação de Lima, em relação ao gás natural, pode-se ver grandes expectativas para sua utilização como fonte energética, desde que assistida por uma infraestrutura de gasodutos.

O terceiro painel foi referente à cooperação internacional para o desenvolvimento, coordenada pela deputada Jaqueline Roriz (PMDB/DF), e com a presença do diretor da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, embaixador **Fernando José Marroni de Abreu**, além de **Helder Mutêia**, representante da FAO no Brasil, **João Brígido**, representando o IPEA, e o professor **Paulo Visentini**, da UFRS.

Nessa rodada foram abordados temas referentes aos países em desenvolvimento, principalmente a cooperação Sul-Sul, bem como seus princípios diplomáticos e sua execução orçamentária, o que demonstra a prioridade no desenvolvimento de ações técnicas entre os países. Também relataram o papel, missão e responsabilidade brasileira no contexto de pobreza e fome mundial, juntamente com a globalização do comércio. Discutiu-se também os grandes desafios em um mundo de transição, como o fortalecimento da identidade nacional. O debate foi focado, entretanto, no plano estratégico mais amplo que a cooperação confere na mudança do contexto mundial, ressaltando que é essencial estimular a inovação diante das novas contradições internacionais.

O último painel do seminário, cujo tema abordava a ascensão da China, contou com a presença do presidente do IBRACH, **embaixador Affonso Celso**, da diretora do IPEA, **Luciana Acioly**, de **Elias Jabbour**, que é especialista em China, e do professor da UNESP e membro do Instituto Confúcio, **Luis Paulino**. As questões pautadas nessa mesa de discussão foram os índices que influenciaram o crescimento chinês e seu desenvolvimento sólido. Também observaram as tendências chinesas de priorizar o mercado interno e ter uma indústria cada vez mais sofisticada, com maior valor agregado, e da sua influência no mundo, com o deslocamento dos eixos de poder diplomático. Também foram mencionados dados referentes à economia chinesa, dos quais vale ressaltar o investimento realizado no país, de cerca de 46% do PIB. Assim, percebe-se que o atual desenvolvimento chinês é fruto da expansão e priorização do investimento direto chinês no mundo, principalmente no comércio. A conclusão chegada é que essencial aproximar a China do Brasil, e estudar as estratégias do modelo chinês que propulsionaram esse desenvolvimento, decorrente em grande parte da expansão de suas empresas transacionais.